daqueles que falam pela humanidade

andre degenszajn *

Ronald Creagh. *O dia em que o mundo mudou*. São Paulo, Imaginário, 2001, 80 pp.

Não importam quais tenham sido os objetivos políticos dos atentados de 11 de setembro, a situação parece ter mudado para pior. Se por um lado o resultado da operação terrorista foi um sucesso do ponto de vista militar, tudo leva a acreditar que politicamente seu resultado foi negativo. Quando o mundo esperava uma retração do Estado americano em relação à sua política externa, este se lançou em mais uma cruzada internacional, dando origem a uma nova fase de expansão do Estado americano. A bandeira de guerra ao terrorismo serviu para legitimar um discurso que sustenta suas ações no campo internacional, desviando as atenções de seus reais objetivos.

Ronald Creagh em seu livro *O dia em que o mundo mudou*, publicado em português pela Editora Imaginário, logo após os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, constrói uma vigorosa argumentação sobre o contexto no qual foram gestados os atentados, fornecendo elementos para uma análise que problematiza os efeitos daquele acontecimento.

Creagh chama a atenção para um aspecto significativo das articulações terroristas, supostamente responsáveis pelos atentados de setembro de 2001. Há nestes grupos, denominados pelo autor de "proto-Estados", elementos marcantes de uma organização estatal: estruturas hierárquicas e autoritárias, necessidade de afir-

^{*} Mestrando em Relações Internacionais pela PUC-SP e pesquisador no Nu-sol.

mação e reconhecimento enquanto nação e um braço armado organizado, orientado por objetivos políticos. No caso da Al-Qaeda, um proto-Estado constituído a partir de investimentos e interesses estadunidenses que remetem ao período da Guerra Fria. Este não é o único caso em que os Estados Unidos sentiram a reação de sua própria política, implementada outrora em uma conjuntura política diversa. É apenas o mais recente.

O contexto internacional de hoje é outro e os parâmetros do conflito bi-polar já não explicam mais a realidade atual. Isto não significa, porém, que efeitos das políticas estadunidenses, de então, não sejam sentidos nos dias de hoje.

O tipo de política externa implementada pelos Estados Unidos exige um elevado grau de controle dos grupos que atuam em âmbito internacional. Sua presença ostensiva em regiões estratégicas do ponto de vista econômico e militar, ao mesmo tempo em que lhe assegura ganhos, expõe o Estado a interesses regionais conflitantes. A associação dos interesses econômicos aos interesses geopolíticos, sustentados tanto pelo Estado quanto pelas grandes corporações internacionais, abre espaço para uma ação conjunta entre esses grupos em regiões de especial relevância estratégica.

As duas regiões de maior conflito no mundo hoje, diretamente relacionadas com a presença estadunidense, são o Oriente Médio e a região do Cáucaso e Ásia Central. A razão do conflito não está, obviamente, relacionada ao desrespeito pelos direitos humanos. Os Estados Unidos nunca tiveram problemas em relação a isso. As maiores reservas de petróleo do mundo estão localizadas nessas regiões. Além da exploração do petróleo e do controle das reservas, outra questão estratégica fundamental está relacionada às vias de acesso para levar o petróleo até os mercados ociden-

tais. O Afeganistão, neste sentido, possui uma importância vital.

Creagh sublinha que grandes empresas de exploração e transporte de petróleo estão fortemente ligadas ao presidente Bush e a diversos integrantes de seu governo, incluindo seu conselheiro e vice-presidente Dick Cheney. Com a instabilidade na região e a ameaça de perda do controle americano sobre o comércio do petróleo, os ataques à Nova York e Washington serviram como um ótimo pretexto para ampliar a presença militar dos Estados Unidos na região.

Os interesses econômicos e militares estadunidenses são legitimados por um discurso moral que procura conferir legitimidade às ações americanas no plano internacional. Desde 11 de setembro o mundo viu-se dividido entre o bem e o mal. Entre aqueles que apóiam os Estados Unidos e os que estão do lado dos terroristas. Esse maniqueísmo forjado pelo Estado americano não se explica apenas pela defesa de uma moral americana ou ocidental diante da ameaça árabe-muçulmana, termos que passaram a operar como sinônimos, mesmo não sendo. Ao dividir o mundo entre o bem e o mal, entre os que trazem consigo a verdade e aqueles que corporificam o mal e a ameaça aos valores e à moral ocidentais, abre-se caminho para qualquer ação que se apresente sob a justificativa de guerra contra o terror.

Se não pode haver qualquer tipo de acerto com as consideradas forças do mal, não há, da mesma maneira, qualquer limitação ou controle que se aplique às forças do bem. Quando há a afirmação de uma verdade absoluta e incontestável que se sobrepõe a outras, o extermínio de milhares de pessoas torna-se um ato de justiça, devendo receber a aceitação de todos. Os que se opõem, tornam-se iguais àqueles que são objetos de sua vingança, realizada sempre em nome da paz.

A despeito de todo o histórico de ações terroristas empreendidas pelo Estado americano, este surge hoje como a vítima do fanatismo religioso que ameaça a liberdade e a democracia. A visão de que as demais nações não aceitam seu modo de vida, seus valores e ideais é a inversão de uma realidade de intolerância diante do diferente.

Um ano após os atentados, os Estados Unidos lancam sua Estratégia de Segurança Nacional diante da alegada ameaça terrorista global. Os Estados Unidos mostram ao mundo que estão dispostos a perseguir seus interesses dentro e fora de seu território — política expressa no documento, textualmente, por meio da afirmação de que irão "defender os Estados Unidos, o povo americano, e nossos interesses domésticos e internacionais, identificando e destruindo a ameaca antes que ela chegue às nossas fronteiras". Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos investem em sua campanha contra as forças do mal, no plano militar inicia-se uma articulação que anuncia uma nova guerra. Desta vez contra o inimigo favorito dos Bush. O Iraque não aceitou a justiça dos vencedores imposta após a Guerra do Golfo e agora deverá sofrer as consequências. Afinal, a justica tarda, mas não falha...

A justiça a que se referem os Estados Unidos é uma justiça moral, uma justiça divina. Matar em nome de Deus e da humanidade não é um elemento novo. Das cruzadas à colonização do novo mundo, os Estados dominaram, destruíram e dizimaram povos em nome da humanidade.